

**PROJETO EDUCATIVO DO
AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE
SEVER DO VOUGA**



Este documento está em reconstrução
encontrando-se em vigor até à aprovação
do novo documento

Conteúdo

Introdução.....	2
1 – Caracterização do Agrupamento de Escolas de Sever do Vouga	4
1.1 - Enquadramento geográfico do Agrupamento de Escolas de Sever do Vouga	4
1.2 - Envoltente socioeconómica e demográfica do Agrupamento	6
1.2.1 - Dados Demográficos	6
1.2.2 - Atividade económica.....	7
1.3 – Enquadramento geográfico das Escolas de 1.º CEB e JI de Sever do Vouga.....	8
1.4 – Enquadramento geográfico da Escola Básica e Secundária de Sever do Vouga	10
2 – Projeto Educativo	12
2.1 - Princípios e valores	12
2.1.1 - Princípios Orientadores do Projeto Educativo	12
2.1.2 – Objetivos Gerais	12
2.2 - Do Problema à Estratégia.....	15
2.2.1 – Domínios/ Problemas/ Metas /Estratégias	18
2.3 – Critérios de Constituição de Turmas	26
3 – Metas de sucesso formativo/académico (área resultados)	30
3.1 – Educação Pré-Escolar	30
3.2 – Ensino Básico.....	30
3.2.1 – 1º CEB.....	30
3.2.2 – 2º CEB.....	31
3.2.3 – 3º CEB.....	32
3.3 – Ensino Secundário	33
3.3.1 – Cursos Científico-humanísticos	33
3.3.2 – Ensino profissional	35

Introdução

A Administração delega nas estruturas da escola a construção de um documento que a explicita e que se constitua como elemento estruturante de identidade e de autonomia. Assim, «o projeto de escola constitui a espinha dorsal dessa autonomia, seu fundamento e seu reflexo»¹. Tal pressuposto implicaria «a passagem de um sistema educativo de estrutura vertical, em que uma organização institucional descendente procura servir um conjunto de propósitos fortemente homogeneizadores, para um sistema de regulação horizontal... intérprete do reconhecimento não discriminatório das diferenças. Diferenças entre os alunos, diferenças entre os professores, diferenças entre as escolas»².

A experiência ao abrigo do novo regime de autonomia, administração e gestão das escolas revelou, contudo, uma outra realidade: os protagonistas vão passando de simples agentes para atores dos processos, mas continuam a ser «os grandes alvos de um sistema que, através de fórmulas próprias de um neocentralismo, permanece, apesar de tudo, vertical»³. Assim, a escola ganha autonomia para assumir a responsabilidade do insucesso educativo e do insucesso social, mas continua dependente da Administração em tudo o resto, ou seja, no plano da decisão estratégica.

Contudo, ao elaborar o Projeto Educativo do AESV, partimos do princípio que existe uma margem de intervenção, limitada, mas real, capaz de produzir alguma diferença. Nessa perspetiva, entendemos que fazia sentido dar continuidade ao documento, garantir a construção permanente de um dispositivo que, acima de tudo, funcione como espaço de aprendizagem e que explicita os valores comuns, defina um sentido para a ação coletiva, produza uma identidade.

A complexidade inerente a esse processo obriga a que a identidade se desenhe a partir do consenso. E caminhar no sentido do consenso significa, acima de tudo, construir algo coletivamente, partilhar os processos a cada momento, obter um todo em que cada um se reconhece. Assim, *o projeto deve servir a incerteza, ter em conta o indeterminado, ser capaz de infletir de direção, ... incorporar o conflito, mas, sobretudo, devolver a cada indivíduo o seu espaço de criatividade e ação de modo a que ele sinta reconhecida a sua atividade, compreenda as suas ações e as possa inscrever num todo significativo*⁴.

O Agrupamento, pelas escolas que incorpora, não é principiante na procura incessante de uma identidade, de um *rostro*. Passado e presente têm-se conjugado no sentido de alcançar uma singularidade especialmente criativa e dinâmica. Centrado no planeamento da ação educativa e na realização do ensino e das aprendizagens, temos consciência de que este documento permanecerá ainda aquém das múltiplas realidades que pretende representar no presente e dos processos pedagógicos inovadores que se concretizam quotidianamente e, a cada momento, no ato educativo.

¹ Adalberto Dias de Carvalho (org.), *A Construção do Projeto de Escola*, Porto Editora, 1993.

² Idem, *Ibidem*.

³ Idem, *Ibidem*.

⁴ *Ensino Secundário, sentido e organização de projetos*, edição do GETAP, Ministério da Educação, Porto, 1992.

O Agrupamento continua a investir na excelência e na qualidade, esforço construído coletivamente e que se fundamenta, novamente, no prazer de estar, pertencer,... ser... Agrupamento de Escolas de Sever do Vouga.

1 – Caracterização do Agrupamento de Escolas de Sever do Vouga

1.1 - Enquadramento geográfico do Agrupamento de Escolas de Sever do Vouga

A atual configuração do Agrupamento de Escolas de Sever do Vouga data de 1 de julho de 2010. Integra todos os Jardins-de-infância e Escolas do 1º CEB do concelho e a Escola Básica e Secundária de Sever do Vouga que foi criada, com esta designação a 1 de Julho de 2010, onde funciona a sede do Agrupamento.

Esta escola resultou do processo de fusão entre a até então designada Escola Secundária com 3.º CEB e a extinta Escola Básica n.º 2, de Sever do Vouga. A raiz destes dois estabelecimentos de ensino está nas instalações do antigo Colégio Externato do Vouga, pois, em setembro de 1975, com o alargamento da rede do ensino secundário público a Sever do Vouga, albergou a recém-criada Escola Secundária de Sever do Vouga, onde, por sua vez, também já funcionava a Escola Preparatória de Sever do Vouga. Em 1984, a Escola Secundária de Sever do Vouga mudou para instalações próprias, integradas numa zona verde à entrada da vila de Sever do Vouga, contíguas a este espaço inicial, onde, à data, apenas já funcionava a Escola Preparatória, tendo estas instalações novas sido razão suficiente para alargar a oferta de cursos, limitada, até então, por falta de espaço.

A atual Escola Básica e Secundária de Sever do Vouga está implantada nos terrenos das antigas escolas Básica n.º 2 e Secundária com 3º CEB de Sever do Vouga, sendo a sua localização na freguesia de Sever do Vouga, uma das nove freguesias que compõem o nosso concelho (Fig.1). Situado no centro do país, mais concretamente no limite Oriental do Distrito de Aveiro, este concelho encontra-se na proximidade de centros urbanos importantes – Aveiro, Porto, Coimbra e Viseu. Tem como vizinhos os concelhos de Vale de Cambra, Albergaria-a-Velha, Águeda, Oliveira de Frades e Oliveira de Azeméis.



Fig.1 – Mapa da localização de Sever do Vouga e principais vias de acesso

Embora faça parte da Beira Litoral, as características geomorfológicas e culturais, refletidas no património edificado e popular, determinam uma tipicidade própria de uma região do interior e Sever do Vouga acaba por ser muito mais um espaço de transição entre a Beira Litoral (serra) e o Litoral propriamente dito.

Apesar de não se tratar de um concelho com uma vasta área geográfica (129,6 Km²), os agregados populacionais estão dispersos e os alunos, oriundos das diferentes freguesias, ocupam muito do seu tempo nas viagens de ida e volta, o que dificulta o trabalho pessoal de consolidação de aprendizagens e o relacionamento familiar e social.



Fig.2 – Mapa do concelho de Sever do Vouga

Estando a escola situada na sede do concelho, serve maioritariamente a população provinda das suas freguesias com características rurais.

Nesta instituição escolar funcionam, em regime diurno, o 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico Regular, Cursos de Educação e Formação de Jovens de tipo 3, nível II, Percursos Curriculares Alternativos, e, no Ensino Secundário, Cursos Científico-Humanísticos e Cursos Profissionais. Em regime noturno, funcionam Cursos de Educação Formação de Adultos, de Dupla Certificação. Funciona igualmente o Centro Novas Oportunidades desta Escola, onde se desenvolve o processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências para o nível Básico e Secundário.

1.2 - Envolvente socioeconómica e demográfica do Agrupamento

1.2.1 - Dados Demográficos

Segundo os Censos 2011 do Instituto Nacional de Estatística o concelho possuía, no ano de 2011, uma população residente de 12.356 habitantes, tendo-se verificado um decréscimo populacional de 6,3% entre 2001 e 2011, essencialmente à custa de uma diminuição de população nas faixas etárias dos 0 aos 14 anos e dos 14 aos 25 anos. Os maiores aglomerados populacionais situam-se nas freguesias de Sever do Vouga, Pessegueiro do Vouga e Rocas do Vouga, sendo estas consideradas as freguesias com maior densidade populacional (abarcam 52% da população residente do concelho).

Freguesia	População Residente							
	91	2001	variação	var %	2011	variação	var %	variação (91-2011)
Cedrim	1056	995	-61	-5,8	834	-161	-16,2	-222
Couto de Esteves	1299	1055	-244	-18,8	890	-165	-15,6	-409
Dornelas	715	662	-53	-7,4	726	64	9,7	11
Paradela	846	797	-49	-5,8	720	-77	-9,7	-126
Pessegueiro do Vouga	2016	1906	-110	-5,5	1852	-54	-2,8	-164
Rocas do Vouga	2072	1977	-95	-4,6	1778	-199	-10,1	-294
Sever do Vouga	2590	2728	138	5,3	2777	49	1,8	187
Silva Escura	1841	1738	-103	-5,6	1592	-146	-8,4	-249
Talhadas	1391	1328	-63	-4,5	1187	-141	-10,6	-204
Total Concelho	13826	13186	-640	-4,6	12356	-830	-6,3	-1470

Quadro 1 - Distribuição espacial da população por freguesia entre 1991 e 2011.

Quando comparamos os dados dos Censos de 2011 com os de 2001, observamos um decréscimo de **830 habitantes (6,3%)** da população residente do concelho, devido a uma diminuição do crescimento natural e a movimentos migratórios. Entre 1991 e 2011, o decréscimo foi de 1470 habitantes, o que corresponde a uma percentagem de 10,6%. A densidade populacional em 2001 é de 101,7hab/Km², sendo em **2011 de 95,3hab/Km²**.

Simultaneamente, com a perda de população ocorreu um envelhecimento, verificando-se em 2011 (Fig.3) que a população jovem representa apenas 24,04% da população total, enquanto 23,4% tem mais de 64 anos.

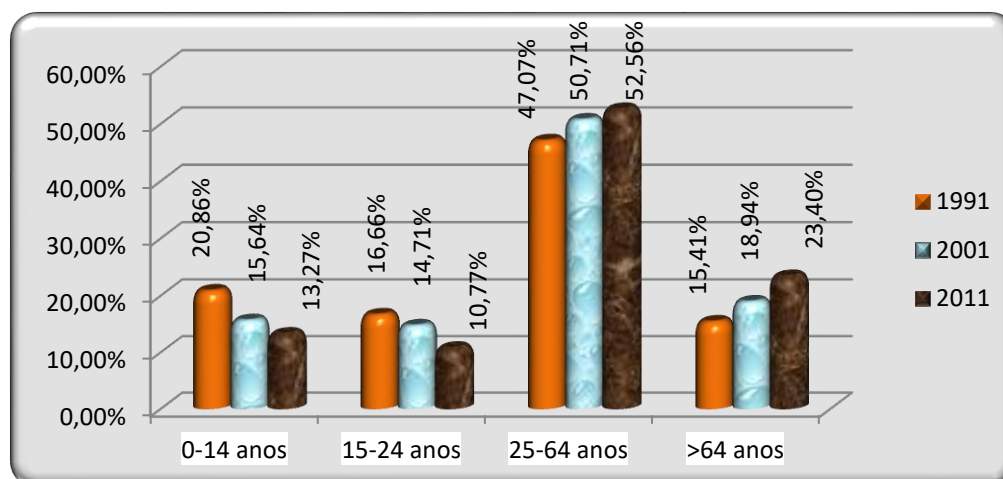


Fig.3 – Estrutura etária do concelho de Sever do Vouga (entre 1991 e 2011).

O nível de instrução concelhio pode ser medido através das taxas de analfabetismo e dos níveis de qualificação académica. A maioria da população concelhia, em 2011, possuía somente o nível básico (61,94%). Por sua vez, apenas, 10,92% possuía o nível secundário e 7,6% da população possuía o ensino superior. De referir que as principais causas de abandono escolar são o rendimento escolar baixo e a emigração da família dos alunos. Relativamente à taxa de analfabetismo⁵, em 2001 encontrava-se nos 10%, tendo sofrido um pequeno e moroso decréscimo desde 1991, que era de 12,8%, não havendo ainda dados disponíveis para 2011, esperando-se contudo que tenha continuado a decrescer.

Nível de instrução completo			
Indicador	Sever do Vouga	Unidade	Portugal
	Valor		Valor
População residente HM	12 356	Indivíduos	10 561 614
População residente HM - nenhum nível de ensino	2 274	Indivíduos	2 023 094
População residente HM - 1º ciclo do ensino básico	3 639	Indivíduos	2 680 333
População residente HM - 2º ciclo do ensino básico	2 048	Indivíduos	1 403 249
População residente HM - 3º ciclo do ensino básico	1 966	Indivíduos	1 687 085
População residente HM - ensino secundário	1 349	Indivíduos	1 362 660
População residente HM - ensino médio	141	Indivíduos	142 744
População residente HM - ensino superior	939	Indivíduos	1 262 449

Quadro 2 – População residente, segundo o nível de ensino atingido, frequência de ensino (Censos 2011).

1.2.2 - Atividade económica

No âmbito da atividade económica no concelho de Sever do Vouga observa-se (Fig.4), na última década, uma ligeira mudança da ocupação da população ativa. Em 2001, 54,8% da população emprega-se no setor terciário (em 1991 era 51,3%), seguindo-se o setor secundário com 41,3% (em 1991 era de 37,8%) e, por fim, o setor primário, com apenas 3,9% (em 1991 era de 10,7%). Não havendo ainda dados disponíveis para 2011, não cremos que a distribuição tenha sofrido alterações significativas.

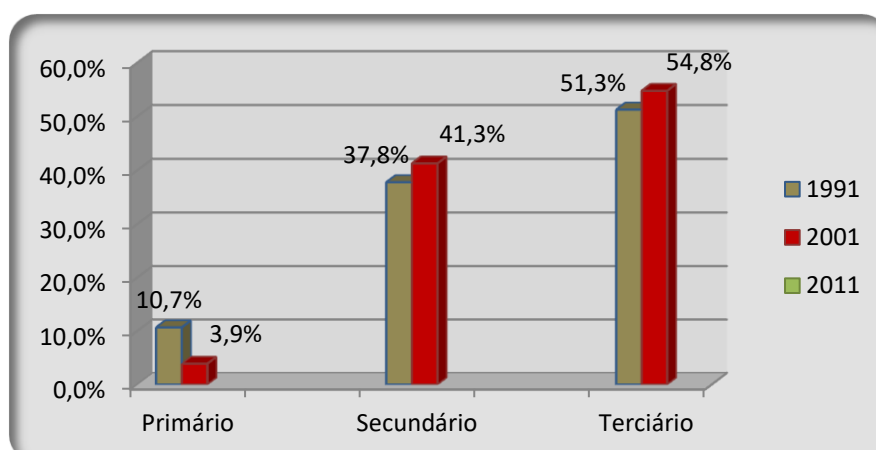


Fig.4 – Estrutura da população ativa (evolução entre 1991 e 2001, ainda sem dados de 2011).

⁵ Esta taxa foi definida tendo como referência a idade a partir da qual um indivíduo que acompanhe o percurso normal do sistema de ensino deve saber ler e escrever. A idade tida como referência correspondia aos 10 anos.

Em 2001, o decréscimo observa-se unicamente no setor primário (6,6%), embora em termos de rendimento gerado, este setor continue a ter uma certa preponderância no concelho, facto a que não são alheias as culturas de cereais, a fruticultura e a pecuária. Existe no concelho a exploração agrícola de minifúndio, sujeita às vicissitudes do relevo (socalcos) associada à utilização de técnicas agrícolas tradicionais, executadas, predominantemente, por mulheres, confere-lhe um estatuto de agricultura complementar.

Ao nível do setor secundário observou-se um aumento de 3,5% em 2001, sendo aquele que tem tido maior influência no desenvolvimento económico e social de Sever do Vouga. O Concelho possui seis zonas industriais: a Zona Industrial das Talhadas; Zona Industrial de Irijó; a Zona Industrial dos Padrões; a Zona Industrial de Cedrim; a Zona Industrial de Dornelas e Zona Industrial da Gândara.

No setor terciário, verificou-se um aumento de 3,5% em 2001, repartido pelos serviços públicos, associados à prestação de cuidados de saúde, ao ensino e serviços judiciais. É de salientar que atualmente a oferta privada de cuidados de saúde cresceu no concelho. Encontramos ainda o comércio a retalho, a restauração e a atividade turística. Destacando-se o turismo, setor em franca expansão e de importância crescente, para o desenvolvimento sustentável da região, beneficiando do bom aproveitamento da paisagem (desportos náuticos e radicais, espécies piscícolas e cinegéticas, etc.), do património histórico e cultural (artesanato). O turismo de habitação, setor também em crescimento, é uma mais-valia para o concelho, não só pela oferta hoteleira que permite, mas também pela requalificação do património.

1.3 – Enquadramento geográfico das Escolas de 1.º CEB e II de Sever do Vouga

No concelho de Sever do Vouga existem dez estabelecimentos de educação Pré-Escolar e dez do 1.º Ciclo do Ensino Básico que se distribuem equitativamente pelas nove freguesias, exceção feita à sede de concelho onde há dois Jardins de Infância e duas Escolas Básicas, sendo que um de cada um destes estabelecimentos se localiza na Senhorinha, aldeia pertencente à sede do concelho, que dista sensivelmente a 3 Km, e os outros dois na sede do próprio concelho.

Os estabelecimentos de educação/ensino encontram-se em bom estado de conservação, apesar de serem edifícios cuja construção remonta aos finais do século XX, já que foram todos intervencionados.

De destacar os Jardins de Infância de Silva Escura e de Sever do Vouga, construídos em meados da década de 90, e o de Rocas do Vouga, no início do século XXI, pelas excelentes condições físicas e de apetrechamento dos respetivos espaços.

Merecem especial destaque a Escola Básica de Couto de Esteves e a de Rocas do Vouga, cujas obras de construção terminaram em dezembro de 2011, estando prevista a sua ocupação ainda em fevereiro de 2012 e, como tal, os edifícios que melhores condições apresentam, quer em termos físicos, quer materiais.

Neste momento, o estabelecimento que se encontra com instalações mais deficitárias e, portanto, a necessitar de obras urgentes é a Escola Básica de Sever do Vouga, sita na sede do concelho, e onde o número de alunos é mais elevado.

De referir a Escola Básica de Vala, sita na freguesia de Silva Escura, que, apesar de apresentar boas condições físicas, não tem capacidade para todas as turmas existentes.



Fig.5 – Localização dos estabelecimentos de ensino JI e EB do 1º CEB no concelho

1.4 – Enquadramento geográfico da Escola Básica e Secundária de Sever do Vouga



Fig.6 – Localização da Escola Básica e Secundária de Sever do Vouga

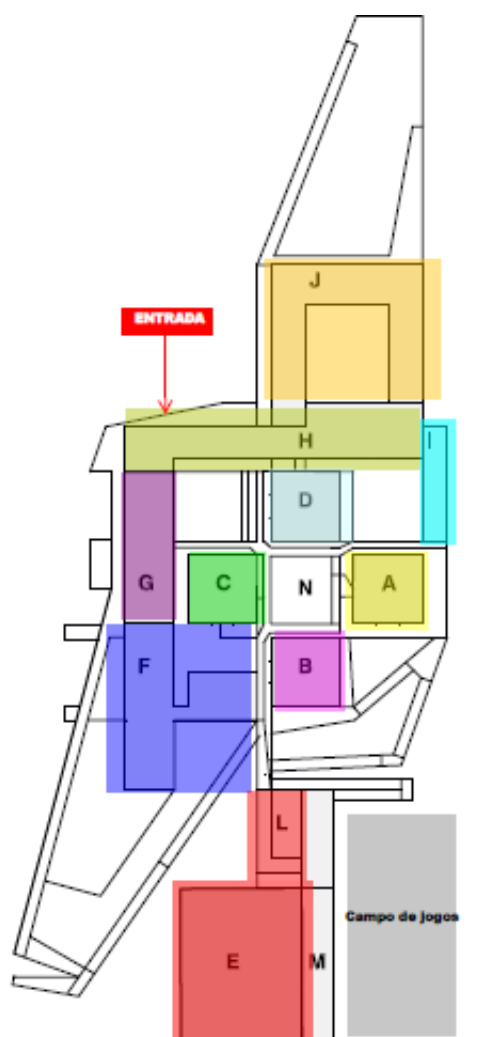


Fig.7 – Planta da Escola Básica e Secundária de Sever do Vouga

Escola Básica e Secundária de Sever do Vouga

A – Salas de Aulas (A_), Laboratórios de Informática.

B – Salas de Aulas (B_), Oficina de Artes, Geometria Descritiva, Educação Visual e Educação Tecnológica.

C – Salas de Aulas (C_).

D – Gabinetes da Direção, Diretores de Turma, SPO, Educação Especial; salas de reuniões, Sala de pausa dos Docentes, Loja do aluno (reprografia e papelaria), UAM.

E – Pavilhão Desportivo.

F – Sala de Grandes Grupos, CNO, Sala TIC, Laboratórios de Física e de Química.

G – Biblioteca, Sala Polivalente, Sala Associação Estudantes, Rádio da Escola.

H – Serviços de Administração Escolar, Portaria, Gabinetes de Atendimento, Gabinete da Associação de Pais, Sala de Trabalho dos Docentes, Sala de reuniões, Refeitório e Bufete.

I – Oficinas.

J – Salas de Aulas (J_), Sala de Música.

L – Ginásios.

M – Balneários.

A Escola Básica e Secundária de Sever do Vouga (EBSSV) pode agora contar com espaços adequados à ação educativa e à sua oferta formativa e dos quais destacamos:

33	Salas Normais
1	Salas de Educação Tecnológica
2	Salas de Educação Visual
2	Salas de Educação Visual e Tecnológica
1	Sala de Desenho
1	Sala de Música
1	Sala de Oficina Artes
2	Salas de Pequenos Grupos
1	Sala de Grandes Grupos
6	Laboratórios Ciências Experimentais
5	Laboratórios de Informática
1	Oficina de Informática
1	Oficina de Metalomecânica
1	Oficina de Animações (2 camarins)
1	Pavilhão Desportivo
2	Ginásios
1	Sala de Departamentos - polivalente
1	Sala de Pausa Professores
1	Sala de pausa (alunos) - polivalente
1	Sala de pausa – Pessoal não Docente
1	Biblioteca
3	Salas de reunião
4	Gabinetes de Atendimento aos Pais
1	Bar
1	Cantina
1	Unidade de Apoio à Multideficiência
1	Loja do Aluno (Papelaria; Reprografia; Carregamento de cartões)
Gabinetes da Direção	
Gabinetes do CNO	
Gabinete da Educação Especial	
Gabinete do SPO	
Gabinete dos Diretores de Turma	
Gabinete da Associação de Pais	
Gabinete da Associação de Estudantes	
Gabinete da Rádio da Escola	

A escola integra ainda um conjunto de equipamentos, fruto do investimento em vários projetos ao longo de muitos anos, e que permitem a assunção do espaço como lugar ativo de divulgação e construção da cultura, da ciência e das artes, aberto à comunidade que a rodeia.

A Escola funciona das 08:30 às 24:00 horas.

Fruto da proposta de todos, o edifício da EBSSV, requalificado, tem sido alvo da aprovação e agrado por parte da comunidade educativa, os seus espaços (interiores e exteriores) são consensualmente considerados como agradáveis e propiciadores de um bom clima para o trabalho e para o convívio.

2 – Projeto Educativo

2.1 - Princípios e valores

2.1.1 - Princípios Orientadores do Projeto Educativo

Os **princípios** e **valores** que de seguida se enunciam encontram-se já, na sua maioria, arreigados na cultura do Agrupamento de Escolas de Sever do Vouga, tendo estado consignados em Projetos Educativos anteriores. A comunidade educativa reafirma a sua relevância e assume a necessidade da sua continuidade enquanto pilares para a orientação do ato educativo, protagonizado pela escola:

- Defesa e promoção da democratização da educação e da igualdade de oportunidades no sucesso educativo;
- Promoção da qualidade e do rigor das aprendizagens;
- Promoção da cultura, da ciência e do conhecimento, da arte e da tecnologia;
- Defesa e promoção de uma escola Inclusiva;
- Defesa e promoção da humanização da escola;
- Defesa e promoção do trabalho colaborativo no sentido da construção de práticas profissionais de qualidade;
- Promoção da realização pessoal e profissional de toda a comunidade escolar;
- Exercício/desenvolvimento da autonomia da escola nos planos cultural, pedagógico e administrativo;
- Envolvimento/participação de todos os interessados no processo educativo e na vida da escola;
- Defesa dos valores locais, nacionais e europeus;
- Integração da escola no contexto da Sociedade do Conhecimento;
- Defesa e apoio da inovação enquanto processo de garantir a melhoria das aprendizagens.

2.1.2 – Objetivos Gerais

De acordo com os princípios orientadores, estabelecem-se os seguintes **objetivos gerais**:

- Contribuir para a formação integral dos alunos;
- Criar as condições que permitam a consolidação e aprofundamento da autonomia pessoal, conducente a uma realização individual e socialmente gratificante;
- Promover uma cultura de liberdade, participação, reflexão, qualidade e avaliação;

- Desenvolver atitudes de responsabilização pessoal e social;
- Garantir qualidade nas relações humanas que se estabelecem;
- Proporcionar a consolidação, aprofundamento e domínio de saberes, instrumentos e metodologias que fundamentem uma cultura humanística, artística, científica e técnica, e favoreçam a definição de interesses e motivações próprios;
- Assegurar a todos os alunos uma formação comum geral e permitir opções formativas diferenciadas, segundo vocações e interesses próprios;
- Valorizar o desenvolvimento de aptidões vocacionais e profissionais, de modo a promover a formação para o exercício de uma profissão;
- Suscitar a participação ativa das instituições do meio local na vida do Agrupamento;
- Promover a formação e a atualização científica e pedagógica permanentes de todos os agentes educativos da escola;
- Fomentar o intercâmbio de culturas e saberes a nível nacional e transnacional;
- Desenvolver atividades de enriquecimento curricular em espaços adequados, de modo a complementar e aprofundar os conhecimentos e as competências dos alunos e formandos;
- Proceder a uma sistemática avaliação das práticas, recorrendo a metodologias participativas, no sentido de garantir a identificação dos problemas e investir na sua resolução;
- Garantir que os principais dispositivos de avaliação do Agrupamento decorram da construção de referenciais que garantam o devido enquadramento/contextualização das análises e dos resultados;
- Garantir a articulação entre o dispositivo de autoavaliação do Agrupamento e a avaliação do desempenho dos seus profissionais (docentes e não docentes);
- Garantir que os dispositivos de avaliação centram a atenção e o investimento na qualidade do processo de ensino-aprendizagem, no sentido de se reconhecerem e replicarem boas práticas, num processo de credibilização sistemática da profissão docente;
- Garantir que a avaliação interna e externa do Agrupamento funcione como instrumento de formação e de autoregulação, para o seu desenvolvimento como espaço educativo;
- Apetrechar o Agrupamento com os meios adequados à consecução dos seus objetivos.

2.2 - Do Problema à Estratégia

Do Problema	Ao Objetivo Estratégico
➤ Absentismo na Educação Pré-Escolar nos meios mais isolados do concelho; ➤ Existência de taxa de retenção no 9º ano de escolaridade; ➤ Suportar a taxa de sucesso nos exames de Língua Portuguesa e de Matemática acima dos referentes nacionais. ➤ Níveis de desempenho na Português, Língua Estrangeira I e Matemática, no Ensino Básico, pouco satisfatórios; ➤ Elevada taxa de retenção nos 10º^s e 12º^s anos de escolaridade; ➤ Elevada duração média de frequência para a conclusão do Ensino Secundário em alguns casos; ➤ Fraco nível de habilitações académicas dos Pais e Encarregados de Educação.	Aumentar os índices de Sucesso Educativo interno e externo dos alunos e formandos do Agrupamento
Promover o Sucesso Educativo dos alunos mediante:	
➤ Estabelecimento de parcerias, complementando os serviços de psicologia e orientação, transportes específicos de alunos com NEE, e melhor rentabilização das AEC e da CAF; ➤ Otimização dos recursos humanos não docentes, de modo a criar iguais condições de apoio em sala de aula, nomeadamente na Educação Pré-escolar e 1.º CEB; ➤ Manutenção e apetrechamento das Unidades de Multideficiência, com vista a uma melhor inclusão dos alunos com NEE; ➤ Manutenção da Biblioteca Itinerante; ➤ Erradicação da taxa de absentismo na Educação Pré-Escolar nos meios mais isolados do concelho; ➤ Diversificação da oferta formativa; ➤ Diversificação das modalidades de formação; ➤ Reforço e diversificação das atividades de apoio educativo; ➤ Implementação de tutorias, como forma de atenuar os problemas sociais e afetivos de alunos provenientes de famílias disfuncionais; ➤ Reforço das atividades de enriquecimento e complemento curricular; ➤ Promoção da inter e transdisciplinaridade; ➤ Redução da taxa de abandono, por ano de escolaridade⁶ e por disciplina⁷, quando pertinente; ➤ Redução da taxa de retenção por ano de escolaridade e por disciplina, quando pertinente; ➤ Definição anual das metas, após diagnóstico por disciplina e ano.	

⁶ Atendendo à especificidade do ensino secundário, enquadram-se neste contexto: Excluídos de Frequência por Excesso de Faltas ou Anulações de Matrícula a todas as disciplinas quando não ocorrerem por transferência ou mudança de curso, reconversão do currículo ou para efeitos de melhoria de notas.

⁷ Atendendo à especificidade do ensino secundário, enquadram-se neste contexto: Excluídos de Frequência por Excesso de Faltas ou Anulações de Matrícula quando não ocorrerem por transferência ou mudança de curso, reconversão de currículo ou para efeitos de melhoria de notas.

No quadro do MISI, as escolas delinearam as metas para 2015.

De seguida, apresentamos os dados propostos pelo AESV. Saliente-se, contudo, que, relativamente aos dados do «abandono» as percentagens recolhidas, a partir das quais se elaboraram as metas, estão longe de ser rigorosas, dadas as limitações técnicas da recolha de informação. Ainda é difícil discernir entre abandono real e casos de transferência para escolas particulares, externatos ou escolas profissionais. Lamentavelmente, há um conjunto de escolas que aceita procedimentos de matrícula no mesmo ano em que os mesmos alunos procedem à anulação de matrícula em escolas públicas. O AESV, consciente destes procedimentos, procura fazer uma monitorização direta dos mesmos. Contudo, mesmo assim, é mais fácil ao aluno proceder à anulação de matrícula do que à transferência. Mesmo reconhecendo que a situação não corresponde a um pedido de anulação e antes a um pedido de transferência, tem sido difícil garantir que os requerentes reformulem a solicitação, permitindo à escola registar no programa de alunos a situação real, correspondente ao documento arquivado. As taxas de abandono ao nível dos cursos profissionais são especialmente afetadas por este procedimento. A dimensão real do «abandono» só será devidamente apurada a partir do momento em que o ensino regular diurno disponha de uma plataforma nacional equiparada ao «SIGO» do CNO.

Consciente dos contornos deste problema e no sentido de recolher dados mais credíveis e rigorosos, o agrupamento tem desenvolvido mecanismos para a diferenciação destas situações. Ainda não é possível, contudo, extrair dados significativos destes procedimentos. As solicitações de anulação ou a verificação de ausência sistemática dos alunos são sujeitas a análise de pormenor com recurso, **sempre que possível**, a entrevista.

Os dados que se seguem são os registados na plataforma do MISI, mas a sua análise está dependente do contexto que acabámos de enunciar. No que respeita à evolução dos resultados dos exames nacionais, as metas foram construídas partindo-se do princípio de que as provas e a sua construção manteriam uma certa estabilidade. A alteração de regras na construção das provas ou a alteração nas orientações para a construção dos critérios de correção implicam a redefinição de metas.

RESULTADOS DE PROVAS E EXAMES NACIONAIS – LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA

Objetivo	Avalia a progressão entre os resultados das provas de aferição e dos exames nacionais do ensino básico e secundário entre anos consecutivos, nas disciplinas de Língua Portuguesa e de Matemática (ensino público).								
Resultados de Provas Nacionais	2009/2010			Metas para a AESV					Meta Nacional 2015
	Nacional	Concelhio	AESV	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	
Língua Portuguesa – 4º	91,0%	91,0%	91,0%	91,5%	92,5%	93,5%	94,5%	95,0%	95,0%
Matemática – 4º	88,0%	93,0%	93,0%	93,0%	93,0%	93,0%	93,0%	93,0%	92,0%
Língua Portuguesa – 6º	88,0%	94,8%	94,8%	94,8%	94,8%	94,8%	94,8%	95,0%	92,0%
Matemática – 6º ano	76,0%	86,6%	86,6%	86,6%	86,6%	86,6%	86,6%	87,0%	80,0%
Língua Portuguesa – 9º	71,0%	82,5%	82,5%	82,5%	82,5%	82,5%	82,5%	82,5%	75,0%
Matemática – 9º	51,0%	80,8%	80,8%	80,8%	80,8%	80,8%	80,8%	81,0%	55,0%
Português – 12º	61,0%	52,9%	52,9%	55,0%	57,0%	63,0%	63,0%	65,0%	65,0%
Matemática A – 12º	66,0%	87,1%	87,1%	87,1%	87,1%	87,1%	87,1%	87,1%	70,0%

TAXAS DE REPETÊNCIA POR ANO DE ESCOLARIDADE

Objetivo	Avalia o grau de sucesso nos diversos anos de escolaridade, relativamente a cada agrupamento ou escola não agrupada do sistema educativo público.								
Taxa de Repetência	2009/2010			Metas para a AESV					Meta Nacional 2015
	Nacional	Concelhio	AESV	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	
1º ano	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
2º ano	7,6%	7,5%	7,5%	4,0%	3,5%	3,0%	3,0%	3,0%	
3º ano	3,3%	10,1%	10,1%	3,0%	3,0%	2,5%	2,5%	2,5%	
4º ano	4,2%	0,0%	0,0%	4,0%	3,5%	3,0%	2,5%	2,5%	
1º Ciclo	4,1%	4,2%	4,2%	2,75%	2,36%	2,13%	2,0%	2,0%	2,0%
5º ano	7,6%	3,2%	3,2%	3,2%	3,2%	3,2%	3,2%	3,2%	
6º ano	8,6%	5,2%	5,2%	5,2%	5,2%	5,2%	5,2%	5,2%	
2º Ciclo	8,1%	4,2%	4,2%	4,2%	4,2%	4,2%	4,2%	4,2%	5,0%
7º ano	16,7%	3,8%	3,8%	3,8%	3,8%	3,8%	3,8%	3,8%	
8º ano	11,0%	4,4%	4,4%	4,4%	4,4%	4,4%	4,4%	4,4%	
9º ano	12,7%	6,4%	6,4%	6,4%	6,4%	6,4%	6,4%	6,4%	
3º Ciclo	13,6%	4,9%	4,9%	4,9%	4,9%	4,9%	4,9%	4,9%	10,0%
10º ano	13,4%	14,3%	14,3%	12,5%	12,4%	12,3%	12,2%	12,1%	
11º ano	9,1%	1,9%	1,9%	1,9%	1,9%	1,9%	1,9%	1,9%	
12º ano	32,9%	27,1%	27,1%	27,1%	25,1%	24,1%	23,1%	22,0%	
Secundário	17,9%	14,1%	14,1%	13,8%	13,1%	12,8%	12,4%	12,0%	12,0%

TAXAS DE desistência aos 14, 15 e 16 anos

Objetivo	Avalia o grau de cumprimento do objetivo de assegurar a escolaridade obrigatória de 12 anos.								
Taxa de Desistência	2009/2010			Metas para a AESV					Meta Nacional 2015
	Nacional	Concelhio	AESV	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15	
Aos 14 anos	1,8%	6,2%	1,6%	1,6%	1,5%	1,5%	1,0%	1,0%	<1,0%
Aos 15 anos	9,3%	10,3%	5,5%	5,5%	5,0%	4,0%	3,0%	2,0%	<2,0%
Aos 16 anos	13,1%	13,3%	12,1%	11,0%	10,0%	8,0%	6,0%	4,0%	<4,0%

2.2.1 – Domínios/ Problemas/ Metas /Estratégias

Domínio A – Promoção do Sucesso Educativo dos Jovens e adultos.	
Domínio B – Desenvolvimento da qualidade da Ação Educativa.	
	B.1. Planeamento da Ação Educativa: Articulação PEA/PCA/PAA/PCT
	B.2. Planeamento da Ação Educativa: Articulação e Organização Curricular.
	B.3. Realização da Ação Educativa.
Domínio C – Desenvolvimento de procedimentos de avaliação adequados.	
	C.1. Avaliação das aprendizagens dos alunos e formandos.
	C.2. Dispositivo de Autoavaliação.
	C.3. Avaliação do desempenho do pessoal docente.
Domínio D – Formação dos Agentes Educativos.	
Domínio E – Ambiente Educativo.	
Domínio F – Organização e Gestão da Escola.	
Domínio G – Manutenção da qualidade dos edifícios e dos equipamentos	

Domínio	Problemas Identificados	Metas
Domínio A – Promoção do Sucesso Educativo dos Jovens e Adultos.	➤ Necessidade de aumentar a taxa de sucesso de desenvolvimento global da criança, na Educação Pré-Escolar; ➤ Necessidade de melhorar os índices de frequência escolar e de sucesso educativo; ➤ Necessidade de melhorar as condições de ensino-aprendizagem; ➤ Percursos formativos demasiado fechados (no plano das opções curriculares dos alunos); ➤ Necessidade de diversificação dos cursos oferecidos e das modalidades de formação para efeitos de melhor encaminhamento formativo de jovens e adultos.	➤ Aumentar a taxa de sucesso de desenvolvimento global das crianças inseridas na educação Pré-Escolar, para os 95%; ➤ Reduzir o absentismo na Educação Pré-Escolar nos meios mais isolados do concelho; ➤ Aumentar os índices de sucesso educativo interno e externo de jovens e adultos através: Redução da Taxa de abandono, por ano de escolaridade e por disciplina, quando pertinente; Redução da taxa de retenção por ano de escolaridade e por disciplina, quando pertinente; As metas serão definidas pelo Conselho Pedagógico com base nos resultados obtidos nos últimos três anos letivos; ➤ Garantir a diversificação da Oferta Formativa do Agrupamento; ➤ Garantir um equilíbrio entre Cursos Científico-humanísticos e Cursos Profissionalizantes; ➤ Dar continuidade aos Cursos já oferecidos pela EBSSV; ➤ Proporcionar a formação profissional qualificante aos jovens que pretendam ingressar no mercado de trabalho; ➤ Diversificar a oferta formativa na área da educação de adultos, integrando todas as modalidades nacionais previstas; ➤ Reforçar o papel estratégico dos Apoios Educativos; ➤ Adequar o horário de funcionamento da BE às necessidades dos jovens e adultos; ➤ Dar continuidade à CAF (Componente de Apoio à Família), na Educação Pré-Escolar, às AEC (Atividades de Enriquecimento Curricular), no 1.º CEB, embora da competência dos parceiros, e às ACC (Atividades de Complemento Curricular), nos 2.º e 3.º ciclos e ensino secundário diurno, consideradas como instrumento fundamental de promoção da identidade do Agrupamento e de promoção da formação integral dos alunos e da cultura em geral: Desporto Escolar, Clube de Teatro, Parlamento dos Jovens, Jovens Repórteres para o Ambiente, Canguru Matemático, Olimpíadas da Física, Clube Europeu, Equamat, Mat12, Plano Nacional de Leitura, Projeto Educação para a Saúde/Educação Sexual, Planeta Azul, Eco Escolas, Clube de Artes/Pintura, GAM, Cantinho do Ambiente, Recreio Limpo/Cantina Asseada, CNO: Novas Oportunidades a Ler+, Agir para Ligar, Brisa Verde, Blogue de Francês, Blogue Palavras de Sever, Blogue República de SeVer e outros considerados relevantes;
Estratégias de Atuação		
➤ Sensibilizar Pais/EE, para a importância da frequência assídua e com pontualidade do Ensino Pré-Escolar; ➤ Utilizar material pedagógico diversificado e atualizado nas atividades pedagógicas desenvolvidas com as crianças; ➤ Definir anualmente as metas em Conselho Pedagógico, após o apuramento dos resultados obtidos no ano letivo anterior; ➤ Oferecer pelo menos três dos Cursos Científico-humanísticos; ➤ Oferecer cursos de dupla certificação, de nível básico e secundário, para jovens e adultos, em função das necessidades diagnosticadas e dos recursos humanos e materiais disponíveis; ➤ Dar continuidade às atividades realizadas nas BE e garantir o seu funcionamento permanente, sobretudo na BE da EBSSV; ➤ Apetrechar as BE com materiais adequados, incluindo também os produzidos pelos departamentos e conselhos de turma; ➤ Criar equipas multidisciplinares na BE da EBSSV para apoio aos alunos em atividades de investigação e de elaboração de trabalhos científicos; ➤ Potenciar o Apoio Educativo com os próprios docentes da turma; ➤ Adequar a organização da Sala de Estudo às necessidades dos alunos com materiais produzidos pelos conselhos de turma; ➤ Dar continuidade aos projetos, atividades e clubes existentes no Agrupamento.		

Domínio	Problemas Identificados	Metas
Domínio B — Desenvolvimento da qualidade da Ação Educativa. B.1. Planeamento da Ação Educativa: Articulação PEA/PCA/PAA/PCT	➤ Insuficiente interiorização do Projeto Educativo por parte da Comunidade Educativa; ➤ Necessidade de uma melhor articulação entre PEA/PCA/PAA/PCT;	➤ Garantir a “interiorização” do Projeto Educativo por parte da Comunidade Educativa; ➤ Promover a articulação entre os diferentes instrumentos estratégicos da escola;
Estratégias de Atuação		
➤ Elaborar o PAA em função das áreas de intervenção previstas no PE; ➤ Promover a construção participada e contextualizada dos Projetos Curriculares de Turma, atendendo ao perfil global do nível de aprendizagem da turma e ao seu contexto socioeconómico; ➤ Disponibilizar, permanentemente, para consulta, na BE e na página <i>web</i> do Agrupamento os documentos estratégicos do mesmo, nomeadamente os PCT (nas matérias consideradas pertinentes); ➤ Desenvolver ações de divulgação dos documentos estratégicos do Agrupamento.		

Domínio	Problemas Identificados	Metas
Domínio B — Desenvolvimento da qualidade da Ação Educativa. B.2. Planeamento da Ação Educativa: Articulação e Organização Curricular.	➤ Dificuldade na articulação da intervenção pedagógica dos Departamentos, atendendo à diversidade de oferta formativa da escola e dimensão e heterogeneidade na composição dos departamentos; ➤ Necessidade de potenciar ainda mais o trabalho colaborativo/cooperativo; ➤ Insuficiente articulação entre as diversas modalidades formativas da escola.	➤ Otimizar a intervenção Pedagógica dos Departamentos; ➤ Continuar a fomentar formas cooperativas de trabalho docente; ➤ Criar estruturas de articulação entre as diversas modalidades formativas da escola.
Estratégias de Atuação		
➤ Definir, em Conselho Pedagógico, um modelo de planificação a adotar por todos os Departamentos; ➤ Promover um horário comum de trabalho para os vários Coordenadores de Departamento, como forma de fomentar a articulação curricular; ➤ Investir na qualidade da prática letiva, através do planeamento adequado; ➤ Planificar, em grupo e por área disciplinar, os programas e novas modalidades de formação; ➤ Divulgar e discutir as opções realizadas, ao nível da planificação dos programas das diferentes disciplinas e modalidades de formação, em grupo mais alargado, no sentido de se promover a articulação interdisciplinar e a troca de experiências. ➤ Manter a figura do Subcoordenador Disciplinar; ➤ Criar a figura de Coordenador dos Diretores de Curso para todas as modalidades formativas; ➤ Criar a figura do Conselho de Diretores de Curso das diferentes modalidades formativas da escola; ➤ O Subcoordenador Disciplinar procederá à coordenação do grupo de trabalho, ao nível da planificação e da sua execução, em articulação com as diretrizes emanadas da Direção, CP, Departamento Curricular; ➤ Na articulação curricular disciplina/ano, devem ser contemplados os seguintes aspetos: ● Planificar as unidades programáticas; ● Definir possíveis atividades e estratégias a utilizar; ● Produzir e selecionar materiais didáticos a aplicar; ● Definir e construir instrumentos diversificados de avaliação; ● Definir a estrutura das fichas de avaliação formativa (teste) ou dos exames a adotar e respetivos critérios de correção; ● Familiarizar os alunos com a matriz do exame nacional, nas disciplinas sujeitas a esta modalidade; ● Aderir ao Projeto Testes Intermédios, de modo a melhor familiarizar os alunos com a avaliação externa e a aferir níveis nacionais; ● Refletir sobre as propostas de classificação a apresentar nos Conselhos de Turma; ● Definir os recursos necessários à implementação das atividades e propor, em reunião de Departamento Curricular, as aquisições consideradas prioritárias; ● Refletir sobre os procedimentos adotados e avaliar a sua eficácia pedagógica;		

Domínio	Problemas Identificados	Metas
Domínio B – Desenvolvimento da qualidade da Ação Educativa. B.3. Realização da Ação Educativa.	➤ Deficiente articulação curricular entre os vários ciclos do ensino básico/níveis e entre estes e o ensino secundário; ➤ Currículo extenso e sobrecarga horária; ➤ Programas extensos; ➤ Falta de métodos de trabalho e de estudo; ➤ Situações de falta de interesse e de assiduidade dos alunos; ➤ Metodologias de ensino/aprendizagem pouco diversificadas; ➤ Dificuldades ao nível do acompanhamento dos alunos por parte das famílias, agravado pelo aumento das famílias disfuncionais; ➤ Ineficácia do Apoio Educativo.	➤ Promover uma integração adequada dos alunos na educação pré-escolar, no ensino básico e no ensino secundário; ➤ Diversificar metodologias de ensino/aprendizagem; ➤ Conseguir melhorar o apetrechamento dos JI, no que respeita às novas tecnologias; ➤ Investir na inovação, no sentido de garantir a melhoria das aprendizagens; ➤ Assumir atitudes de tolerância, flexibilização e responsabilidade, no sentido de propiciar uma relação pedagógica adequada; ➤ Promover a responsabilização dos alunos relativamente a todo o ato educativo; ➤ Promover a valorização partilhada dos processos de aprendizagem; ➤ Promover a participação dos Pais e EE no processo de aprendizagem dos alunos.
Estratégias de Atuação		
➤ Reforçar a importância da promoção de experiências pedagógicas inovadoras e que promovam o sucesso educativo dos alunos; ➤ Desenvolver atividades de integração dos alunos, nos vários níveis de ensino, e implicar as famílias nesse processo de integração; ➤ Diversificar as metodologias de ensino/aprendizagem, de forma a promover a melhoria das aprendizagens e o sucesso escolar dos alunos: ● a partir do trabalho cooperativo dos docentes, ao nível de cada disciplina ou área disciplinar; ● a partir de uma planificação adequada e sistematicamente avaliada, ao nível de cada disciplina ou área disciplinar; ● a partir de uma articulação curricular permanente, gerida pelos Departamentos e pelo CP e concretizada nos PCT. ➤ Promover a autonomia dos alunos, ao nível de métodos de estudo e investigação: ● integrar na Planificação de todas as disciplinas/áreas disciplinares, atividades a desenvolver na sala de aula e que orientem os alunos na investigação autónoma e que lhes permitam conhecer e optar por diferentes métodos de estudo; ● apetrechar as BE de materiais que permitam dar continuidade às atividades mencionadas. ➤ Valorizar a participação do aluno no processo de aprendizagem; ➤ Apetrechar as salas de aula de materiais e equipamentos necessários à consecução dos objetivos delineados.		

Domínio	Problemas Identificados	Metas
Domínio C – Desenvolvimento de procedimentos de avaliação adequados. C.1. Avaliação das aprendizagens dos alunos e formandos.	➤ Necessidade de melhorar os procedimentos de transparência em matéria de avaliação de aprendizagens; ➤ Predomínio da avaliação sumativa; ➤ Insuficiência nas práticas de avaliação formativa; ➤ Necessidade de valorizar a avaliação diagnóstica; ➤ Necessidade de diversificar os instrumentos de avaliação.	➤ Diversificar os instrumentos de avaliação; ➤ Fomentar a avaliação diagnóstica; ➤ Fomentar a avaliação formativa; ➤ Promover a autoavaliação; ➤ Fomentar a avaliação da progressão dos alunos; ➤ Valorizar os processos, para além dos resultados; ➤ Divulgar com a devida antecedência, junto dos alunos/formandos e EE, os objetivos e modalidades de avaliação; ➤ Dar a conhecer, com regularidade, os resultados da avaliação formativa e, periodicamente, a sumativa.
Estratégias de Atuação		
➤ Definir, em Conselho Pedagógico, os critérios gerais para avaliação dos alunos, depois de ouvidos os Departamentos Curriculares e tendo em atenção a especificidade de cada curso/disciplina; ➤ Após análise ponderada dos mesmos, aprovar, em Conselho Pedagógico, os critérios específicos/domínios de avaliação; ➤ Diversificar processos e instrumentos de avaliação dos alunos, adequando-os a cada disciplina ou área disciplinar; ➤ Reforçar os instrumentos e atividades de avaliação formativa; ➤ Garantir a existência de momentos de autoavaliação indutores da autonomia e corresponsabilização dos alunos; ➤ Fomentar a valorização dos processos, para além dos resultados; ➤ Definir procedimentos, ao nível do Conselho Pedagógico, que garantam coordenação e transparência no processo de avaliação dos alunos.		

Domínio	Problemas Identificados	Metas
Domínio C – Desenvolvimento de procedimentos de avaliação adequados. C.2. Dispositivo de Autoavaliação.	➤ Necessidade de articular os diferentes dispositivos de avaliação adotados; ➤ Necessidade de definição de indicadores seguros, para a avaliação da ação educativa da escola; ➤ Necessidade de melhorar a articulação curricular entre as diferentes estruturas da organização.	➤ Implementar um sistema de autoavaliação conducente à identificação de indicadores seguros sobre o desempenho da escola a todos os níveis; ➤ Promover a qualidade da ação educativa, no sentido de garantir o desenvolvimento das aprendizagens dos alunos; ➤ Promover o trabalho cooperativo dos docentes.
Estratégias de Atuação		
➤ Constituir uma equipa de autoavaliação que articule os diferentes dispositivos de avaliação; ➤ Estabelecer parcerias, no sentido de refletir sobre os modelos adotados; ➤ Fomentar a participação dos Pais/EE nestes processos; ➤ Fomentar a participação dos alunos e formandos nestes procedimentos; ➤ Aperfeiçoar o trabalho de avaliação da ação educativa da escola, efetuado pelo Conselho Pedagógico, através da constituição de uma equipa para o efeito; ➤ Aperfeiçoar o trabalho de acompanhamento permanente às atividades de avaliação dos alunos, mediante a constituição de uma equipa para o efeito, no sentido de recolher e analisar os dados e produzir um relatório que funcione como instrumento de reflexão para os agentes educativos: ● Os dados a incluir nesse relatório devem cruzar, entre outras, as seguintes informações: resultados dos alunos; aproveitamento escolar dos alunos, nos anos precedentes ao que frequentam; nível socioeconómico das famílias e nível de instrução, especificidade de cada turma/curso; ● Os Serviços de Administração Escolar e a Coordenação de Diretores de Turma funcionarão como estruturas de apoio para a obtenção dos dados mencionados; ● A elaboração dos relatórios deve ocorrer após a afixação/divulgação dos resultados dos alunos, em cada período letivo; ● O relatório elaborado pela equipa supramencionada deve ser discutido em reunião de Departamento Curricular, antes de aprovação final em Conselho Pedagógico. ➤ Promover a constituição de uma equipa no Conselho Pedagógico, para acompanhamento permanente às atividades de planificação e articulação curricular, no sentido de acompanhar o processo e produzir um relatório que funcione como instrumento de reflexão para os agentes educativos: ● Os relatórios podem ser produzidos a partir da consulta das planificações, elaboradas pelos departamentos e pela análise dos materiais produzidos; ● A consulta da documentação deve ocorrer sempre na presença do Coordenador de Departamento; ● A Direção e os Coordenadores de Departamento funcionarão como elementos de apoio para o desenvolvimento dos trabalhos; ● A elaboração dos relatórios deve ocorrer no início do 2º e 3º períodos e no final do ano letivo; ● O relatório deve identificar os pontos fracos e fortes do processo; ● O relatório elaborado pela equipa supramencionada deve ser discutido em reunião de Departamento Curricular, antes de aprovação final em Conselho Pedagógico.		

Domínio	Problemas Identificados	Metas
Domínio C – Desenvolvimento de procedimentos de avaliação adequados. C.3. Avaliação do desempenho do pessoal docente.	➤ Necessidade de implementar um sistema que promova o desenvolvimento da qualidade da ação educativa da escola e o desenvolvimento profissional dos docentes.	➤ Assegurar que a avaliação é um processo transparente, fundamentado e rigoroso; ➤ Garantir que a avaliação é uma construção para a qual todos os atores contribuem; ➤ Pretende-se que o dispositivo adotado fomente as relações colegiais, desenvolva os contextos colaborativos e a confiança entre pares; ➤ Desenvolver o processo de avaliação como um processo pedagógico e regulador, inerente à gestão e procura de uma melhoria contínua do desempenho dos docentes, com vista à construção de um clima profissional que propicie o desenvolvimento do sucesso educativo/formativo das crianças, dos jovens e dos adultos que a escola integra; ➤ Transformar este dispositivo num instrumento que propicie a reflexão conjunta sobre as práticas, mobilizando a ação coletiva, no sentido do desenvolvimento do trabalho colaborativo; ➤ Transformar este dispositivo num instrumento que propicie um ambiente profissional compatível com a necessidade de formação e investigação permanentes, com o desenvolvimento de atitudes de abertura à partilha de experiências, à inovação pedagógica, adequando as práticas educativas aos desafios colocados pela contemporaneidade; ➤ Garantir a flexibilidade dos procedimentos, respeitando as especificidades dos projetos da escola e de cada realidade concreta em análise (ano de escolaridade, disciplina, curso, turma, ...); ➤ Garantir igualmente a exequibilidade do dispositivo, não permitindo que se sobreponha à função primordial da escola e dos seus profissionais e que é a ação educativa.
Estratégias de Atuação		
➤ Desenvolver uma abordagem essencialmente qualitativa e holística orientada para uma análise dos processos e numa perspetiva formativa; ➤ Garantir que a análise dos resultados é sempre devidamente contextualizada, no sentido de se ajustarem os procedimentos à complexidade das matérias em análise, subordinando-se, sempre, as questões instrumentais/administrativas às questões pedagógicas e científicas; ➤ Atendendo à complexidade da análise dos resultados dos alunos, é fundamental que, nesta fase, se promova o desenvolvimento de instrumentos de diagnóstico que permitam aos docentes reunir evidências fundamentadas sobre os progressos obtidos pelos seus alunos; ➤ Garantir a flexibilidade dos procedimentos, respeitando as especificidades dos projetos da escola e de cada realidade concreta em análise (nível de ensino, ano de escolaridade, disciplina, curso, turma, ...);		

Domínio	Problemas Identificados	Metas
Domínio D – Formação dos Agentes Educativos.	➤ Necessidade de Formação Contínua e Permanente dos Agentes Educativos; ➤ Necessidade de adequar os planos de formação ao desenvolvimento da qualidade da ação educativa da escola.	➤ Garantir a formação contínua e permanente dos agentes educativos; ➤ Promover a autoformação e formação em grupo, no sentido de optar por modalidades formativas alternativas (círculos de estudo, oficinas e projetos); ➤ Promover a formação, no âmbito do desenvolvimento das competências sociais e pessoais; ➤ Promover a Formação Contínua nas áreas específicas de docência, em conformidade com as orientações legais.
Estratégias de Atuação		
➤ Identificar as necessidades formativas da Comunidade Educativa e elaborar o Plano Anual de Formação; ➤ Promover a formação centrada no Agrupamento, ou seja, centrada na concretização do Projeto Educativo; ➤ Organizar ações de formação que desenvolvam a utilização de metodologias ativas, no âmbito do ensino/aprendizagem e que promovam a sua aplicação na sala de aula; ➤ Organizar ações de formação que garantam a adequada implementação das novas disciplinas/cursos ou modalidades de formação; ➤ Organizar oficinas de formação para a construção de materiais didáticos; ➤ Organizar ações de formação para os Assistentes Operacionais, no âmbito do desenvolvimento das competências sociais e pessoais e no âmbito das competências que permitam apoio de qualidade às atividades laboratoriais; ➤ Organizar sessões formativas para os Pais/EE, de forma a garantir uma atuação articulada de todos os agentes educativos; ➤ Organizar sessões formativas para os Pais/EE nas matérias que considerarem pertinentes; ➤ Organizar ações de formação nas áreas específicas da docência (componentes científico-didática).		

Domínio	Problemas Identificados	Metas
Domínio E – Ambiente Educativo.	➤ Fraco envolvimento e participação dos Pais e EE na vida da Escola; ➤ Insuficiente interação com o Meio.	➤ Promover o envolvimento dos Pais/EE na vida da Escola; ➤ Intensificar a intervenção com o Meio.
Estratégias de Atuação		
➤ Atividades de formação no início do ano letivo, familiarizando os Pais/EE com a Escola; ➤ Promoção de atividades, ao nível do PAA, que apelem à sua presença e participação; ➤ Atualizar a página do Agrupamento, no sentido de fornecer as informações relevantes para Pais/EE e comunidade em geral; ➤ Divulgar sistematicamente as atividades e a oferta formativa do Agrupamento, utilizando meios diversificados; ➤ Disponibilizar à comunidade educativa os recursos e equipamentos pedagógicos do Agrupamento; ➤ Dar continuidade aos protocolos de colaboração celebrados pelo Agrupamento; ➤ Dar continuidade às atividades de intercâmbio desenvolvidas pelo Agrupamento; ➤ Realizar visitas de estudo que permitam um conhecimento mais aprofundado do Meio; ➤ Desenvolvimento de atividades que promovam a educação cívica; ➤ Estabelecer as parcerias necessárias à prossecução das metas do Agrupamento.		

Domínio	Problemas Identificados	Metas
Domínio F — Organização e Gestão do Agrupamento.	➤ Inadequação das condições técnicas e estruturais do Agrupamento às exigências de gestão em todos os níveis; ➤ Inadequação dos recursos humanos disponíveis à prossecução das tarefas de gestão; ➤ Dispersão dos estabelecimentos de ensino que integram o Agrupamento.	➤ Dar continuidade à gestão democrática e partilhada; ➤ Garantir condições para o desenvolvimento dos trabalhos de todos os órgãos e estruturas do Agrupamento; ➤ Criar condições para o desenvolvimento da intervenção dos Diretores de Turma; ➤ Criar condições para o desenvolvimento da intervenção dos Coordenadores/Diretores de Cursos e restantes estruturas de orientação educativa; ➤ Facilitar a circulação e o acesso à informação; ➤ Explorar as potencialidades da internet.
Estratégias de Atuação		
➤ Proceder à consulta dos diferentes órgãos e estruturas, antes da tomada de decisão e em função do tipo de medidas ou procedimentos a implementar; ➤ Promover a participação de todos os agentes educativos e também dos alunos/formandos; ➤ Disponibilizar sempre a documentação necessária que garanta uma tomada de posição responsável; ➤ Garantir a divulgação sistemática e eficaz dos procedimentos legais a adotar e em vigor no Agrupamento; ➤ Continuar a promover a implementação da <i>Internet</i>; ➤ Definir os Gestores da Página <i>Web</i>, de forma a garantir uma atualização permanente.		

Domínio	Problemas Identificados
Domínio G — Manutenção da qualidade dos edifícios e dos equipamentos	➤ Falta de apetrechamento informático dos Jardins de Infância; ➤ Dificuldade em rentabilizar os recursos humanos não docentes, por motivos de dispersão das Escolas de 1.º CEB e JI; ➤ Número insuficiente de assistentes operacionais, atendendo à dimensão do edifício e aos espaços circundantes; ➤ Necessidade de manutenção dos espaços e equipamentos no sentido de manter o legado para as gerações seguintes; ➤ Corresponsabilização de toda a comunidade no sentido de garantir a manutenção do edifício e dos equipamentos requalificados.
Metas e Estratégias de Atuação	
➤ Promover a manutenção dos edifícios e dos equipamentos em estreita ligação com a promoção de uma educação para a cidadania; ➤ Desenvolver as parcerias necessárias à manutenção e valorização do património do AESV e da EBSSV; ➤ Desenvolver projetos de educação que garantam a preservação, classificação e tratamento do património do AESV e da EBSSV; ➤ Garantir continuidade na produção artística no sentido da valorização do espaço educativo.	

2.3 – Critérios de Constituição de Turmas

A constituição de turmas é regulada pelo determinado no despacho normativo n.º 7-B/2015, de 7 de maio, com as alterações introduzidas pelo despacho normativo n.º 1-H/2016, de 14 de abril.

Na constituição das turmas devem prevalecer critérios de natureza pedagógica definidos no PE e no RI sob proposta do conselho pedagógico e sujeito a parecer do conselho geral, num quadro de uma eficaz gestão e rentabilização de recursos humanos e materiais existentes e no respeito pelas regras constantes da legislação acima referida.

Na constituição das turmas é respeitada a heterogeneidade das crianças e jovens, podendo, no entanto, o diretor, após ouvir o conselho pedagógico, atender a outros critérios que sejam determinantes para a promoção do sucesso e para a redução do abandono escolar.

I. EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

1. Na educação pré-escolar as turmas são constituídas por um número mínimo de 20 e um máximo de 25 crianças.
2. As turmas da educação pré-escolar que integrem crianças com necessidades educativas especiais de carácter permanente, cujo programa educativo individual o preveja e o respetivo grau de funcionalidade o justifique, são constituídas por 20 crianças, não podendo incluir mais de 2 crianças nestas condições.
3. A redução de grupo prevista no número anterior fica dependente do acompanhamento e permanência destas crianças no grupo em pelo menos 60% do tempo curricular.
4. A constituição das turmas da educação pré-escolar tem por base a turma do ano letivo anterior, respeitando-se a continuidade pedagógica do grupo de crianças que se mantêm no jardim-de-infância.
5. Alunos irmãos deverão ser integrados na mesma turma, salvo indicações em contrário do encarregado de educação.

II. 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO

1. As turmas do 1.º ciclo do ensino básico são constituídas por 26 alunos.
1. As turmas do 1.º ciclo do ensino básico, nos estabelecimentos de ensino de lugar único, que incluam alunos de mais de 2 anos de escolaridade, são constituídas por 18 alunos.
2. As turmas do 1.º ciclo do ensino básico, nos estabelecimentos de ensino com mais de 1 lugar, que incluam alunos de mais de 2 anos de escolaridade, são constituídas por 22 alunos.
3. As turmas que integrem alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente, cujo programa educativo individual o preveja e o respetivo grau de funcionalidade o justifique, são constituídas por 20 alunos, não podendo incluir mais de 2 alunos nestas condições.
4. A redução de turmas prevista no número anterior fica dependente do acompanhamento e permanência destes alunos na turma em pelo menos 60% do tempo curricular.
5. As turmas deverão ser preferencialmente constituídas com apenas um ano de escolaridade, devendo evitar-se a constituição de turmas com mais de dois anos de escolaridade.
6. Os alunos retidos serão distribuídos, sempre que possível, pelas turmas dos mesmos anos de escolaridade.

7. Quando por imposição legal for necessário retirar alunos das turmas, seguir-se-ão as indicações do conselho de ano. Se não existirem essas indicações, os alunos serão retirados de forma aleatória.
8. Na constituição de turmas do 1.º ano os grupos de crianças oriundos dos JI, caso não possam integrar a mesma turma, serão divididos de acordo com as informações dadas pelas Educadoras de Infância.
9. Na constituição de turmas do 1.º ano, os alunos que completem os 6 anos de idade no período compreendido entre 16 de setembro e 31 de dezembro, em caso de existência de vaga, são, prioritariamente, inseridos de forma decrescente pelo fator idade.
10. Alunos irmãos deverão ser integrados na mesma turma, salvo indicações em contrário do encarregado de educação.

III. 2º E 3.º CICLOS DO ENSINO BÁSICO

1. As turmas dos 5.º ao 9.º anos de escolaridade são constituídas por um número mínimo de 26 alunos e um máximo de 30 alunos.
2. Nos 7.º e 8.º anos de escolaridade, o número mínimo para a abertura de uma disciplina de opção do conjunto das disciplinas que integram as de oferta de escola é de 20 alunos.
3. As turmas que integrem alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente, cujo programa educativo individual o preveja e o respetivo grau de funcionalidade o justifique, são constituídas por 20 alunos, não podendo incluir mais de 2 alunos nestas condições.
4. A redução de turmas prevista no número anterior fica dependente do acompanhamento e permanência destes alunos na turma em pelo menos 60% do tempo curricular.
5. Na constituição de turmas do 5.º ano deverão ser mantidos juntos pequenos núcleos de alunos da mesma turma de origem, de modo a facilitar a integração e minimizar a insegurança que a mudança de escola e de regime de ensino provocam, mantendo o equilíbrio numérico de género.
6. Na constituição das turmas do 5.º ano, e caso seja proposto, deve proceder-se à divisão da mesma turma do 1.º ciclo, de acordo com o parecer do professor Titular de Turma.
7. Nos 6.º, 8.º e 9.º anos de escolaridade, os alunos integram a turma em que foram inseridos no início do respetivo ciclo, embora, se possa proceder a eventuais ajustamentos, de acordo com as orientações propostas pelo conselho de turma (1.º) ou sob proposta do respetivo encarregado de educação com parecer vinculativo do diretor de turma (2.º).
8. Na constituição das turmas do 7.º ano, os alunos serão distribuídos de acordo com a opção da língua estrangeira II.
9. Os alunos em situação de retenção deverão ser distribuídos equilibradamente pelas várias turmas, sempre que possível.
10. As mudanças de turma de alunos, por razões administrativas, ocorrerão, preferencialmente, por indicação do conselho de turma ou ouvido o diretor de turma.
11. No caso de o número de alunos inscritos numa língua estrangeira II ser superior ao número de vagas existentes, o critério de seleção será a idade, tendo prioridade os mais novos.
12. Os alunos com necessidades educativas especiais devem ser distribuídos pelas diferentes turmas considerando a tipificação das suas dificuldades, constantes no respetivo PEI e ouvido o professor da educação especial que os acompanhou.
13. A constituição das turmas dos cursos de educação e formação do ensino básico far-se-á dando prioridade, aos alunos que, para além da idade, apresentem um maior número de retenções.

14. Alunos irmãos deverão ser integrados na mesma turma, salvo indicações em contrário do encarregado de educação.

IV. ENSINO SECUNDÁRIO

1. Nos cursos científico-humanísticos e nos cursos do ensino artístico especializado, nas áreas das artes visuais e dos audiovisuais, no nível secundário de educação, o número mínimo para abertura de uma turma é de 26 alunos e o de uma disciplina de opção é de 20 alunos.
2. (...).
3. (...).
4. O reforço nas disciplinas da componente de formação específica ou de formação científico-tecnológica, decorrente do regime de permeabilidade previsto na legislação em vigor, pode funcionar com qualquer número de alunos, depois de esgotadas as hipóteses de articulação e de coordenação entre estabelecimentos de ensino da mesma área pedagógica, mediante autorização prévia dos serviços do Ministério da Educação competentes.
5. Nos cursos profissionais, as turmas são constituídas por um número mínimo de 24 alunos e um máximo de 30 alunos, exceto nos cursos profissionais de música (...), em que o limite mínimo é de 14.
6. As turmas de cursos profissionais que integrem alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente, cujo programa educativo individual o preveja e o respetivo grau de funcionalidade o justifique, são constituídas por 20 alunos, não podendo incluir mais de 2 alunos nestas condições.
7. É possível agregar componentes de formação comuns, ou disciplinas comuns, de 2 cursos diferentes numa só turma, mediante autorização prévia dos serviços competentes em matéria de funcionamento dos cursos e, quando aplicável, de financiamento, não devendo os grupos a constituir ultrapassar nem o número máximo nem o número mínimo de alunos previstos no n.º 5.
8. As turmas dos anos sequenciais dos cursos profissionais só podem funcionar com um número de alunos inferior ao previsto no n.º 5, quando não for possível concretizar o definido no número anterior.
9. Na constituição de turmas do ensino secundário os alunos que frequentaram o 9.º ano devem manter-se na mesma turma, de acordo com o curso que escolherem, sempre que seja possível, e tendo em consideração as informações fornecidas pelos diretores de turma que acompanharam os alunos no ciclo precedente.
10. Na constituição de turmas devem respeitar-se, sempre que possível, as opções e ordens de preferência manifestadas pelo encarregado de educação/aluno no ato da matrícula ou da sua renovação.
11. A constituição das turmas dos 11.º e 12.º anos de escolaridade rege-se pelo princípio da manutenção do núcleo turma, embora se possa proceder a eventuais ajustamentos, de acordo com as orientações propostas pelo conselho de turma (1.º) ou sob proposta do respetivo encarregado de educação com parecer vinculativo do diretor de turma (2.º).
12. Os alunos com necessidades educativas especiais devem ser distribuídos pelas diferentes turmas considerando a tipificação das suas dificuldades, constantes no respetivo PEI e ouvido o professor da educação especial que os acompanhou.
13. Os alunos que não transitaram de ano de escolaridade devem ser integrados de forma equilibrada nas turmas em funcionamento num determinado ano de escolaridade.
14. Considerando o regime de frequência por disciplinas que se aplica aos cursos do ensino secundário, bem como o respetivo regime de avaliação, um aluno pode integrar mais do que uma turma de anos de escolaridade diferentes, desde que os respetivos

horários sejam compatíveis no momento em que é solicitada essa pretensão ao diretor do agrupamento.

15. As vagas existentes nas turmas do ensino profissional são preenchidas dando-se prioridade, sucessivamente, aos alunos: *i)* Com necessidades educativas especiais, nos termos da lei, ou cujo percurso educativo anterior revele uma especial vocação para a frequência do ensino profissional (alunos provenientes de Cursos de Educação e Formação de Jovens ou Vocacionais), ou quando a sua frequência se revele de manifesto interesse educativo para o jovem; *ii)* Que se candidatem à matrícula, pela primeira vez, no primeiro ano do ciclo de formação do curso pretendido; *iii)* Que tenham frequentado o Agrupamento no ano letivo anterior com assiduidade; *iv)* Em caso de igualdade registada entre os candidatos dar-se-á prioridade, sucessivamente: (1) Aos candidatos com irmãos já matriculados no agrupamento; (2) Aos candidatos mais novos.

V. DISPOSIÇÕES COMUNS À CONSTITUIÇÃO DE TURMAS

1. O desdobramento das turmas e ou o funcionamento de forma alternada de disciplinas dos ensinos básico e secundário e dos cursos profissionais é autorizado nos termos definidos em legislação e ou regulamentação próprias.
2. As turmas dos anos sequenciais do ensino básico e dos cursos de nível secundário de educação, incluindo os do ensino recorrente, bem como das disciplinas de continuidade obrigatória, podem ser constituídas com um número de alunos inferior ao previsto nos artigos 19.º a 21.º e no número seguinte (despacho normativo n.º 7-B/2015, de 7 de maio, com as alterações introduzidas pelo despacho normativo n.º 1-H/2016, de 14 de abril), desde que se trate de assegurar o prosseguimento de estudos aos alunos que, no ano letivo anterior, frequentaram o estabelecimento de ensino com aproveitamento e tendo sempre em consideração que cada turma ou disciplina só pode ser constituída com qualquer número de alunos quando for única, mediante prévia autorização, nos termos do n.º 4.
3. (...).
4. A constituição ou a continuidade, a título excecional, de turmas com número inferior ao estabelecido nos artigos 18.º a 21.º e no número anterior (despacho normativo n.º 7-B/2015, de 7 de maio, com as alterações introduzidas pelo despacho normativo n.º 1-H/2016, de 14 de abril) carece de autorização dos serviços do Ministério da Educação competentes, mediante análise de proposta fundamentada do diretor do estabelecimento de educação e de ensino.
5. A constituição ou a continuidade, a título excecional, de turmas com número superior ao estabelecido nos artigos 19.º a 21.º (despacho normativo n.º 7-B/2015, de 7 de maio, com as alterações introduzidas pelo despacho normativo n.º 1-H/2016, de 14 de abril), carece de autorização do conselho pedagógico, mediante análise de proposta fundamentada do diretor do estabelecimento de educação e de ensino.
6. Os pedidos de mudança de turma e/ou de estabelecimento de ensino do agrupamento, devidamente fundamentados, só podem efetuar-se para turmas onde haja vaga e depois de ponderadas as implicações que podem advir na turma que recebe o aluno.

3 – Metas de sucesso formativo/académico (área resultados)

3.1 – Educação Pré-Escolar

Elementos Constitutivos	Critérios	Indicadores
Sucesso Formativo Educação Pré-escolar	1. Eficácia Interna	1. A assiduidade das crianças é superior a 85%.
	2. Qualidade dos Resultados	2. A taxa de sucesso das aprendizagens (aquisição de competências) é igual ou superior a 95%.

3.2 – Ensino Básico

3.2.1 – 1.º CEB

Elementos Constitutivos	Critérios	Indicadores
Sucesso Académico 1.º Ano do 1.º CEB	1. Eficácia Interna	1. A taxa de sucesso das diferentes/diversas áreas disciplinares é superior à média registada no final dos últimos três anos letivos.
	2. Qualidade dos Resultados	2.1. Mais de 90% dos alunos transitam com sucesso pleno (sem classificações inferiores a Satisfaz); 2.2. A média das classificações finais do 1.º ano é igual ou superior a Satisfaz.
	3. Fluxos Escolares	3. O número de alunos transferidos é menor do que o verificado no ano letivo anterior.

Elementos Constitutivos	Critérios	Indicadores
Sucesso Académico 2.º Ano do 1.º CEB	1. Eficácia Interna	1. A taxa de sucesso das diferentes/diversas áreas disciplinares é superior à média registada no final dos últimos três anos letivos.
	2. Qualidade dos Resultados	2.1. Mais de 90% dos alunos avaliados transitam para o 3.º ano de escolaridade; 2.2. Mais de 90% dos alunos transitam com sucesso pleno (sem classificações inferiores a Satisfaz); 2.3. A média das classificações finais do 2.º ano é igual ou superior a Satisfaz.
	3. Fluxos Escolares	3. O número de alunos transferidos é menor do que o verificado no ano letivo anterior.

Elementos Constitutivos	CrITÉrios	Indicadores
Sucesso Académico 3.º Ano do 1.º CEB	1. Eficácia Interna	1. A taxa de sucesso das diferentes/diversas áreas disciplinares é superior à média registada no final dos últimos três anos letivos.
	2. Qualidade dos Resultados	2.1. Mais de 90% dos alunos avaliados transitam para o 4.º ano de escolaridade; 2.2. Mais de 90% dos alunos transitam com sucesso pleno (sem classificações inferiores a Satisfaz). 2.3. A média das classificações finais do 3.º ano é igual ou superior a Satisfaz.
	3. Fluxos Escolares	3. O número de alunos transferidos é menor do que o verificado no ano letivo anterior.

Elementos Constitutivos	CrITÉrios		Indicadores
Sucesso Académico 4.º Ano do 1.º CEB	1. Eficácia	Interna	1.1 A taxa de sucesso das diferentes/diversas áreas disciplinares é superior à média registada no final dos últimos três anos letivos;
		Externa	1.1. A média das provas finais nacionais dos alunos internos a Português e a Matemática é igual ou superior à média nacional; 1.2. A diferença entre a média das classificações internas e a das externas, por disciplina, não ultrapassa, em valor absoluto, 0,5.
	2. Qualidade dos Resultados		2.1. Mais de 95% dos alunos avaliados transitam para o 5.º ano de escolaridade; 2.2. Mais de 90% dos alunos transitam com sucesso pleno (sem classificações inferiores a nível 3/Satisfaz); 2.3. A média das classificações finais do 4.º ano a Português e a Matemática é igual ou superior ao nível 3,7; 2.4. A taxa das classificações iguais ou superiores a nível 3, nas provas finais nacionais do 1.º ciclo, a Português e a Matemática, é superior à taxa nacional.
	3. Fluxos Escolares		3. O número de alunos transferidos é menor do que o verificado no ano letivo anterior.

3.2.2 – 2º CEB

Elementos Constitutivos	CrITÉrios	Indicadores
Sucesso Académico 5.º Ano do 2.º CEB	1. Eficácia Interna	1.1 A taxa de sucesso das diferentes/diversas disciplinas é superior à média registada no final dos últimos três anos letivos;
	2. Qualidade dos Resultados	2.1. Mais de 90% dos alunos avaliados transitam para o 6.º ano de escolaridade; 2.2. Mais de 75% dos alunos transitam com sucesso pleno (sem classificações inferiores a nível 3); 2.3. A média das classificações finais do 5.º ano é igual ou superior ao nível 3,5;
	3. Fluxos Escolares	3.1. O número de alunos retidos por excesso de faltas é menor do que o verificado no ano letivo anterior; 3.2. O número de alunos transferidos é menor do que o verificado no ano letivo anterior.

Elementos Constitutivos	Critérios		Indicadores
Sucesso Académico 6.º Ano do 2.º CEB	1. Eficácia	Interna	1.1 A taxa de sucesso das diferentes/diversas áreas disciplinares é superior à média registada no final dos últimos três anos letivos;
		Externa	1.1. A média dos exames nacionais dos alunos internos, a Português e a Matemática, é igual ou superior à média nacional; 1.2. A diferença entre a média das classificações internas e a das externas, por disciplina, não ultrapassa, em valor absoluto, 0,5.
	2. Qualidade dos Resultados		2.1. Mais de 90% dos alunos avaliados transitam para o 7.º ano de escolaridade; 2.2. Mais de 70% dos alunos transitam com sucesso pleno (sem classificações inferiores a nível 3); 2.3. A média das classificações finais do 6.º ano é igual ou superior ao nível 3,5; 2.4. A taxa das classificações iguais ou superiores a nível 3, nos exames nacionais do 2.º ciclo, a Português e a Matemática, é superior à taxa nacional.
	3. Fluxos Escolares		3.1. O número de alunos retidos por excesso de faltas é menor do que o verificado no ano letivo anterior; 3.2. O número de alunos transferidos é menor do que o verificado no ano letivo anterior.

3.2.3 – 3º CEB

Elementos Constitutivos	Critérios		Indicadores
Sucesso Académico 7.º Ano do 3.º CEB	1. Eficácia Interna		1. A taxa de sucesso das diferentes/diversas disciplinas é superior à média registada no final dos últimos três anos letivos;
	2. Qualidade dos Resultados		2.1. Mais de 90% dos alunos avaliados transitam para o 8.º ano; 2.2. Mais de 70% dos alunos transitam com sucesso pleno (sem classificações inferiores a nível 3); 2.3. A média das classificações finais do 7.º ano é igual ou superior ao nível 3,5.
	3. Fluxos Escolares		3.1. O número de alunos excluídos por excesso de faltas é menor do que o verificado no ano letivo anterior; 3.2. O número de alunos transferidos é menor do que o verificado no ano letivo anterior

Elementos Constitutivos	Critérios		Indicadores
Sucesso Académico 8.º Ano do 3.º CEB	1. Eficácia Interna		1. A taxa de sucesso das diferentes/diversas disciplinas é superior à média registada no final dos últimos três anos letivos;
	2. Qualidade dos Resultados		2.1. Mais de 90% dos alunos avaliados transitam para o 9.º ano; 2.2. Mais de 70% dos alunos transitam com sucesso pleno (sem classificações inferiores a nível 3); 2.3. A média das classificações finais do 8.º ano é igual ou superior ao nível 3,5.
	3. Fluxos Escolares		3.1. O número de alunos excluídos por excesso de faltas é menor do que o verificado no ano letivo anterior; 3.2. O número de alunos transferidos é menor do que o verificado no ano letivo anterior

Elementos Constitutivos	Critérios		Indicadores
Sucesso Académico 9.º Ano do 3.º CEB	1. Eficácia	Interna	1.1 A taxa de sucesso das diferentes/diversas áreas disciplinares é superior à média registada no final dos últimos três anos letivos;
		Externa	1.1. A média dos exames nacionais dos alunos internos, a Português e a Matemática, é igual ou superior à média nacional; 1.2. A diferença entre a média das classificações internas e a das externas, por disciplina, não ultrapassa, em valor absoluto, 0,5.
	2. Qualidade dos Resultados		2.1. Mais de 90% dos alunos avaliados transitam para o 10.º ano de escolaridade; 2.2. Mais de 70% dos alunos transitam com sucesso pleno (sem classificações inferiores a nível 3); 2.3. A média das classificações finais do 9.º ano é igual ou superior ao nível 3,5; 2.4. A taxa das classificações iguais ou superiores a nível 3, nos exames nacionais do 3.º ciclo, a Português e a Matemática, é superior à taxa nacional.
	3. Fluxos Escolares		3.1. O número de alunos retidos por excesso de faltas é menor do que o verificado no ano letivo anterior; 3.2. O número de alunos transferidos é menor do que o verificado no ano letivo anterior.

Elementos Constitutivos	Critérios		Indicadores
Sucesso Académico CEF Jovens	1. Eficácia Interna		1.1. A taxa de sucesso das diferentes/diversas disciplinas é superior a 85%; 1.2. Mais de 80% dos formandos avaliados obtém aprovação na totalidade das disciplinas; 1.3. Mais de 90% dos formandos em cada curso são certificados.
	2. Fluxos Escolares		2.1. O número de alunos excluídos por excesso de faltas é menor do que o verificado no ano letivo anterior; 2.2. O número de alunos transferidos é menor do que o verificado no ano letivo anterior.

3.3 – Ensino Secundário

3.3.1 – Cursos Científico-humanísticos

Elementos Constitutivos	Critérios		Indicadores
Sucesso Académico 10.º Ano Cursos Científico-humanísticos	1. Eficácia Interna		1. A taxa de sucesso das diferentes/diversas disciplinas é superior à média registada no final dos últimos três anos letivos;
	2. Qualidade dos Resultados		2.1. Mais de 90% dos alunos avaliados transitam para o 11.º ano; 2.2. Mais de 75% dos alunos transitam com sucesso pleno (sem classificações inferiores a 10 valores); 2.3. A média das classificações finais do 10.º ano é igual ou superior a 13 valores.
	3. Fluxos Escolares		3.1. O número de anulações da matrícula, por disciplina, é menor do que o verificado no ano letivo anterior; 3.2. O número de alunos excluídos por excesso de faltas é menor do que o verificado no ano letivo anterior; 3.3. O número de alunos transferidos é menor do que o verificado no ano letivo anterior

Elementos Constitutivos	Critérios		Indicadores
Sucesso Académico 11.º Ano Cursos Científico-humanísticos	1. Eficácia	Interna	1.1. A taxa de sucesso das diferentes/diversas disciplinas é superior à média registada no final dos últimos três anos letivos;
		Externa	1.2. A média dos exames nacionais dos alunos internos, nas diferentes/diversas disciplinas, é igual ou superior à média nacional; 1.3. A diferença entre a média das classificações internas e a das externas, por disciplina, não ultrapassa, em valor absoluto, os 3 valores.
	2. Qualidade dos Resultados		2.1. Mais de 90% dos alunos avaliados transitam para o 12.º ano; 2.2. Mais de 75% dos alunos transitam com sucesso pleno (sem classificações inferiores a 10 valores); 2.3. A média das classificações finais do 11.º ano é igual ou superior a 13,5 valores; 2.4. A taxa de classificações iguais ou superiores a 9,5 valores, nos exames nacionais do ensino secundário, por disciplina, é superior à taxa nacional.
	3. Fluxos Escolares		3.1. O número de anulações da matrícula, por disciplina, é menor do que o verificado no ano letivo anterior; 3.2. O número de alunos excluídos por excesso de faltas é menor do que o verificado no ano letivo anterior; 3.3. O número de alunos transferidos é menor do que o verificado no ano letivo anterior.

Elementos Constitutivos	Critérios		Indicadores
Sucesso Académico 12.º Ano Cursos Científico-humanísticos	1. Eficácia	Interna	1.1. A taxa de sucesso das diferentes/diversas disciplinas é superior à média registada no final dos últimos três anos letivos;
		Externa	1.2. A média dos exames nacionais dos alunos internos, nas diferentes/diversas disciplinas, é igual ou superior à média nacional; 1.3. A diferença entre a média das classificações internas e a das externas, por disciplina, não ultrapassa, em valor absoluto, os 3 valores.
	2. Qualidade dos Resultados		2.1. Mais de 70% dos alunos do 12.º ano obtêm aprovação no ensino secundário; 2.2. A média das classificações finais do 12.º ano é igual ou superior a 15 valores; 2.3. A taxa de classificações iguais ou superiores a 9,5 valores, nos exames nacionais do ensino secundário, por disciplina, é superior à taxa nacional.
	3. Fluxos Escolares		3.1. O número de anulações da matrícula, por disciplina, é menor do que o verificado no ano letivo anterior; 3.2. O número de alunos excluídos por excesso de faltas é menor do que o verificado no ano letivo anterior; 3.3. O número de alunos transferidos é menor do que o verificado no ano letivo anterior.

3.3.2 – Ensino profissional

Elementos Constitutivos	Critérios	Indicadores
Sucesso Académico Cursos Profissionais 1.º Ano	1. Eficácia Interna	1.1. A taxa de sucesso das diferentes/diversas disciplinas é superior a 75%; 1.2. Mais de 75% dos formandos obtêm aprovação na totalidade dos módulos de formação previstos para o ano letivo.
	2. Fluxos Escolares	2.1. O número de anulações de matrícula, após a 1.ª avaliação, é inferior ao do ano letivo anterior; 2.2. O número de alunos excluídos por excesso de faltas, após a 1.ª avaliação, é inferior ao verificado no ano letivo anterior.

Elementos Constitutivos	Critérios	Indicadores
Sucesso Académico Cursos Profissionais 2.º Ano	1. Eficácia Interna	1.1. A taxa de sucesso das diferentes/diversas disciplinas é superior a 75%; 1.2. Mais de 75% dos formandos obtêm aprovação na totalidade dos módulos de formação previstos para o ano letivo.
	2. Fluxos Escolares	2.1. O número de anulações de matrícula é inferior ao do ano letivo anterior; 2.2. O número de alunos excluídos por excesso de faltas é inferior ao verificado no ano letivo anterior.

Elementos Constitutivos	Critérios	Indicadores
Sucesso Académico Cursos Profissionais 3.º Ano	1. Eficácia Interna	1.1. A taxa de sucesso das diferentes/diversas disciplinas é superior a 85%; 1.2. Mais de 85% dos formandos obtêm aprovação na totalidade dos módulos de formação previstos para o ano letivo; 1.3. Mais de 75% dos formandos inscritos ⁸ em cada curso são certificados.
	2. Fluxos Escolares	2.1. O número de alunos excluídos por excesso de faltas é inferior ao verificado no ano letivo anterior.

O **Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas de Sever do Vouga** é ainda constituído pelos seguintes Anexos:

ANEXO I – Plano Estratégico do Agrupamento

ANEXO II – Plano Anual de Atividades

ANEXO III – Critérios Gerais de Avaliação – EPE, 1.º, 2.º, 3.º CEB e Ensino Secundário

⁸ Entende-se por formandos inscritos aqueles que obtiveram pelo menos uma classificação registada em pauta.